RTA Revista Turismo em Análise

Revista Turismo em Análise - RTA | ISSN: 1984-4867
DOI: http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v31i2p227-243

Artigos e ensaios

Territórios (Re)significados de comunidades indígenas em Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro - Am e a adoção do turismo como alternativa de renda

Luana Cristina dos Santos Dias[a]
Jocilene Gomes da Cruz[b]

Resumo

Nos últimos anos, o crescimento de atividades turísticas desenvolvidas por comunidades indígenas, na região do Baixo Rio Negro, estado do Amazonas, tem impactado as comunidades social, cultural e economicamente. Esse cenário se origina em virtude da adoção do turismo como meio pelo qual os indígenas podem suprir suas necessidades materiais e simbólicas. Neste artigo, teve-se como objetivo central analisar a atividade turística adotada por comunidades indígenas como alternativa de renda frente aos limites de uso do território em Unidade de Conservação (UC), na região do Baixo Rio Negro, e como objetivos específicos: conhecer as estratégias da comunidade Tatuyo, relativas ao uso do território e por meio do turismo; apreender as dinâmicas do turismo estruturado pela comunidade e o "lugar" da cultura indígena na atividade. Com o intuito de refletir sobre tal cenário e propriciar algumas contribuições, o artigo traz questões relevantes no contexto do turismo amazônico: os deslocamentos de povos indígenas de suas terras para o entorno da capital do Amazonas (Manaus), a criação de comunidades indígenas em UC de Uso Sustentável e o turismo, particularmente em quatro comunidades indígenas, denominadas Núcleo Diakuru e Aldeia Tuyuka (RDS do Tupé), Comunidade Cipiá e Comunidade Tatuyo (RDS Puranga Conquista). O percurso metodológico envolve pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Os dados obtidos evidenciam o esforço das comunidades em obter renda por meio de apresentações culturais (danças, músicas e costumes), entretanto, a atividade turística desenvolvida e as relações com os agentes e agências sociais, envolvidos direta e indiretamente na atividade, ocasionam relações assimétricas, disputa de poder e, portanto, um "modelo" insustentável para as comunidades, tanto pelos impactos negativos sobre a cultura, quanto sobre o território.

Palavras-chave: Turismo Indígena; Impactos Socioculturais; Unidades de Conservação.

Abstract

Territories (Re)signified of indigenous communities in Conservation Unis of the Lower Rio Negro – Am and the adoption of tourism as an income alternative

In recent years, the growth of tourist activities developed by indigenous communities in the region of Baixo Rio Negro, state of Amazonas, has impacted communities socially, culturally and economically. This scenario originates due to the adoption of tourism as a means by which the indigenous people can supply their material

a. Mestre em Ciências Humanas – Teoria, História e Crítica da Cultura pela Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: diasluanacristina@gmail.com.

b. Doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil. Docente do curso de Graduação de Turismo e Programa Interdiscisplinar em Ciências Humanas da Pós-Graduação na Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: jgcruz@uea.edu.br.

and symbolic needs. In this article, the main objective was to analyze the tourist activity adopted by indigenous communities as an alternative to income in view of the limits of land use in a Conservation Unit (UC), in the Lower Rio Negro region, and as specific objectives: to know the strategies of the Tatuyo community, related to the use of the territory and through tourism; apprehend the dynamics of tourism structured by the community and the "place" of indigenous culture in the activity. In order to reflect on this scenario and make some contributions, the article raises relevant issues in the context of Amazonian tourism: the displacement of indigenous peoples from their lands to the surroundings of the capital of Amazonas (Manaus), the creation of indigenous communities in UC Sustainable Use and tourism, particularly in four indigenous communities, called Núcleo Diakuru and Aldeia Tuyuka (Tupé Reserve), Cipiá Community and Tatuyo Community (Puranga Conquista Reserve). The methodological path involves bibliographic, documentary and field research. The data obtained show the efforts of the communities to obtain income through cultural presentations (dances, songs and customs), however, the developed tourist activity and the relations with social agents and agencies, directly and indirectly involved in the activity, cause asymmetric relationships , power struggle and, therefore, an unsustainable "model" for communities, both due to the negative impacts on culture and on the territory.
Keywords: Indigenous Tourism; Sociocultural impacts; Conservation Units.

Resumen

Territorios (Re)signados de comunidades indígenas en Unidades de Conservación del Bajo Río Negro – Am y la adopción del turismo como alternativa de ingresos

En los últimos años, el crecimiento de las actividades turísticas desarrolladas por las comunidades indígenas en la región del Baixo Río Negro, estado de Amazonas, ha impactado a las comunidades social, cultural y económicamente. Este escenario se origina por la adopción del turismo como un medio por el cual los indígenas pueden suplir sus necesidades materiales y simbólicas. En este artículo, el objetivo principal fue analizar la actividad turística adoptada por las comunidades indígenas como alternativa al ingreso ante los límites de uso del suelo en una Unidad de Conservación (UC), en la región del Bajo Río Negro, y como objetivos específicos: conocer el estrategias de la comunidad Tatuyo, relacionadas con el uso del territorio y a través del turismo; aprehender la dinámica del turismo estructurado por la comunidad y el "lugar" de la cultura indígena en la actividad. Para reflexionar sobre este escenario y hacer algunos aportes, el artículo plantea temas relevantes en el contexto del turismo amazónico: el desplazamiento de los pueblos indígenas de sus tierras hacia los alrededores de la capital de Amazonas (Manaus), la creación de comunidades indígenas en la UC Uso sustentable y turismo, particularmente en cuatro comunidades indígenas, denominadas Núcleo Diakuru y Aldeia Tuyuka (Reserva Tupé), Comunidad Cipiá y Comunidad Tatuyo (Reserva Puranga Conquista). El camino metodológico implica la investigación bibliográfica, documental y de campo. Los datos obtenidos muestran los esfuerzos de las comunidades por obtener ingresos a través de presentaciones culturales (bailes, cantos y costumbres), sin embargo, la actividad turística desarrollada y las relaciones con agentes y agencias sociales, directa e indirectamente involucrados en la actividad, provocan relaciones asimétricas. , lucha de poder y, por tanto, un "modelo" insostenible para las comunidades, tanto por los impactos negativos en la cultura como en el territorio.
Palabras claves: Turismo indígena; Impactos socioculturales; Unidades de Conservación

INTRODUÇÃO

No Brasil, ao longo dos séculos, os povos indígenas lutam para permanecer em seus territórios empreendendo mecanismos de resistência frente aos processos de colonização e dominação impostos pela cultura ocidental. Contudo, apesar da resistência indígena, muitos impactos os atingem, obrigando-os a se deslocarem para outras regiões do país. Segundo Cunha (2012), no período de 1950 a 1970, indígenas de diversas etnias, provenientes de diferentes regiões do Amazonas, migraram para a capital do estado (Manaus) e localidades próximas, a exemplo da região do Baixo Rio Negro, onde foram formando comunidades indígenas multiétnicas.

Hoje, tais processos de deslocamento continuam em curso em todo o estado, e por diferentes fatores, fazendo surgir novas territorialidades indígenas. É o caso de quatro comunidades indígenas localizadas na região do Baixo Rio Negro, especificamente na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé (Aldeia Tuyuka e Núcleo do Diakuru) e RDS Puranga Conquista (Comunidade Cipiá e Comunidade Tatuyo), originadas a partir de cisões ocorridas em uma família da etnia Desana, que mudou para a comunidade São João do Tupé no final da década de 1990, onde vive até os dias atuais. Conforme Cruz, Auzier & Dias (2019; 2020), a criação das quatro comunidades indígenas se origina desses desmembramentos no interior da família Desana e, também, pela constante entrada de indígenas que continuam vindo da região do Alto Rio Negro.

Foi na comunidade São João do Tupé que a família Desana iniciou os primeiros trabalhos com o turismo. "No começo, a comunidade [São João do Tupé] não aceitava o turismo, mas eles [os irmãos Desana] prometeram melhorias na comunidade" (E.M.P., 2018), relatou um indígena morador da comunidade. De acordo com a narrativa da liderança indígena de uma das comunidades, a ideia de trabalhar com o turismo nasceu durante sua participação na ECO-92[1], que o fez perceber ser possível divulgar a cultura indígena, conservar o ambiente e obter renda por meio do turismo.

Neste artigo, são trazidas algumas reflexões sobre a criação dessas comunidades indígenas e as conexões entre os deslocamentos de indígenas do Alto Rio Negro e as atividades turísticas realizadas pelas comunidades, centrando a análise desse processo na Comunidade Tatuyo, levantando-se as seguintes questões: a experiência da comunidade Tatuyo com o turismo tem sido, de fato, uma estratégia sustentável de uso do território na comunidade? O turismo tem propiciado a promoção da cultura e a afirmação da identidade étnica?

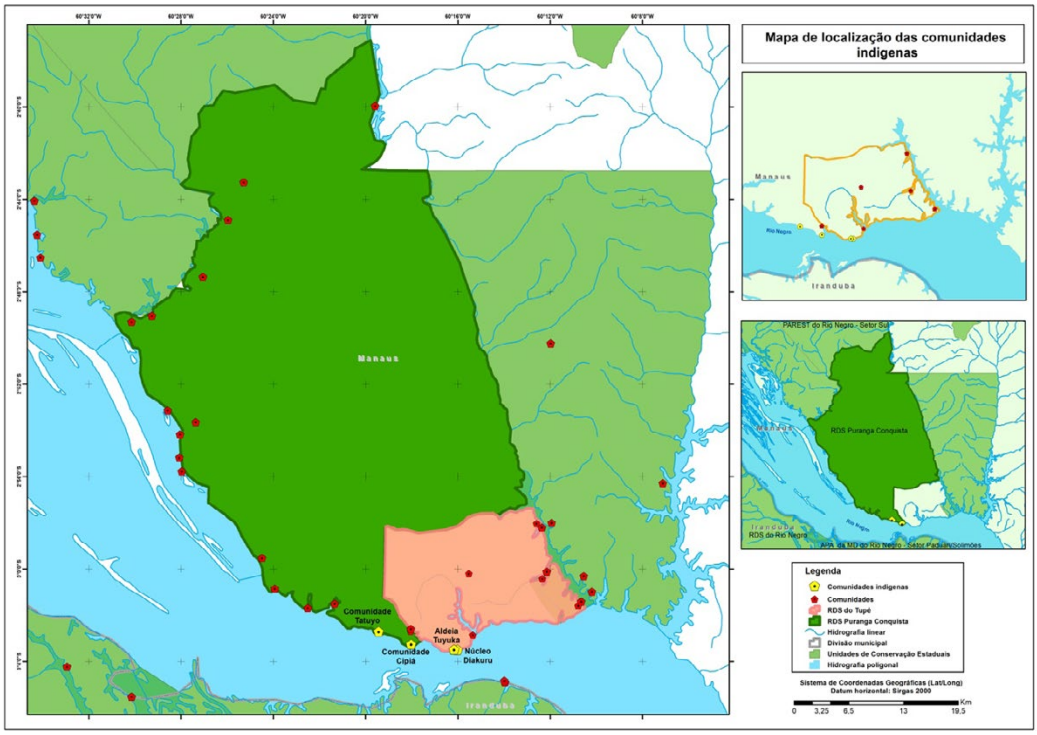
Em termos gerais, nas quatro comunidades indígenas, dentre elas a Tatuyo, observa-se questões que se entrelaçam: os deslocamentos de povos indígenas de suas terras, a criação de comunidades indígenas em Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável e a adoção do turismo como alternativa para obtenção de renda. O ponto de partida para a análise são as RDS do Tupé e Puranga Conquista, onde foram criadas as comunidades indígenas que se autodesignam: Núcleo Diakuru e Aldeia Tuyuka (RDS do Tupé), Comunidade Cipiá e Comunidade Tatuyo (RDS Puranga Conquista). Os dados apresentados são

1. ECO-92: A ECO-92, como ficou conhecida a Conferência do Rio de Janeiro, foi uma mega-reunião que construiu um simulacro espacial, cujo objetivo foi a celebração das diretrizes dominantes sobre a questão ambiental sob o manto da ideologia do Desenvolvimento Sustentável (Oliveira, 2008, p. 137).

oriundos de um Estudo Socioantropológico[2] sobre as atividades turísticas desenvolvidas nessas comunidades.

Em termos gerais, essas comunidades se assemelham quanto ao processo de criação e desenvolvimento da mesma atividade econômica – o turismo. Estão localizadas próximas umas das outras (na Figura 1, as comunidades indígenas estão identificadas pela cor amarela), o que facilita a circulação de informação e indivíduos, mas também a ocorrência de conflitos.

Figura 1 - Mapa das Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e Puranga Conquista com a identificação das comunidades indígenas



Fonte: CRUZ (2018)

De acordo com Cruz *et al* (2019), essas comunidades se articulam em torno de estratégias para viver nesses territórios, (re)significando o lugar e a si próprias. Nesse contexto, o turismo tem fortalecido relações assimétricas instituídas por alguns agentes sociais do turismo (agências, guias e, principalmente, pirangueiros[3]), responsáveis pela divulgação da imagem de um "índio exótico, autêntico no turismo" (Manfredo, 2017), divergindo da forma como os indígenas se veem e vivem atualmente, algo bem distinto das concepções essencialistas que tomam os povos indígenas como figuras congeladas no tempo (Oliveira, 2010).

2. O Estudo Socioantropológico analisa as atividades turísticas realizadas nas RDS do Tupé e Puranga Conquista, evidenciando a criação de quatro comunidades indígenas entre os anos de 2011 e 2016.
3. **Pirangueiro:** Atravessador sem cadastro no Cadastur (Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do MTur) que trabalha irregularmente como guia de turismo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados aqui contextualizados e problematizados são oriundos de um desenho metodológico qualitativo, pautado nos pressupostos de Oliveira (1996) sobre as três etapas de apreensão dos fenômenos sociais: "Olhar, Ouvir e Escrever". O desenho metodológico, estruturou-se mediante pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas semiestruturadas, entrevistas em grupo e diários de campo elaborados *in situ*.

Por esse caminho, os dados foram se estruturando, em especial pelo longo e contínuo trabalho de campo iniciado com o Estudo Socioantropológico em 2017, perdurando até 2019, durante o qual se analisou o contexto do turismo nas quatro comunidades, apreendendo as dificuldades, desafios e oportunidades inerentes ao uso do território nas comunidades indígenas envolvidas no estudo.

Durante o trabalho de campo, primou-se por entrevistas semiestruturadas que, somadas à observação e às notas no diário de campo, foram essenciais para as análises sobre as experiências das comunidades com o turismo. Na comunidade Tatuyo, foco de análise do artigo, realizou-se entrevistas com o líder e com cada um dos representantes das famílias que, de forma espontânea, se dispuseram a participar. No total, foram entrevistados 8 (oito) indígenas; esse número se justifica porque as famílias elegeram apenas um representante para transmitir tanto sua própria concepção, quanto da família a que pertence, sobre a experiência com o turismo e a criação da comunidade.

A "fala" dos indígenas foi um elemento central para a compreensão da gestão do turismo, especialmente na Comunidade Tatuyo. Mediante informações disponibilizadas pelos indígenas da comunidade, foi possível pensar o seu papel individual e coletivo, bem como as incertezas, dificuldades, anseios, expectativas e a relação que mantêm com o território. O trabalho de campo respeitou a disponibilidade dos indígenas, de modo a não comprometer a responsabilidade de cada um na realização das atividades cotidianas.

Cabe ressaltar que, mesmo neste artigo delimitando seu foco para a Comunidade Tatuyo, é importante a compreensão da dinâmica das quatro comunidades indígenas (Núcleo Diakuru, Aldeia Tuyuka, Comunidade Cipiá e Comunidade Tatuyo) articuladas entre si, por meio de suas experiências com o turismo, necessárias para entender as experiências de cada uma.

O TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS: GESTÃO TERRITORIAL E CONFLITOS

Territórios protegidos (UCs, nesse caso) dispõem de legislações específicas, estabelecidas para o uso sustentável em âmbito nacional. Nesse sentido, é fundamental empreender uma análise sobre a compreensão de território. Aqui, emprega-se Raffestin (1993), que evidencia o território sob uma perspectiva marcada por relações de poder entre grupos sociais, bem como tem ocorrido nas comunidades indígenas do Baixo Rio Negro.

Para o autor, o território está associado à forma como é apropriado e "territorializado". Nos territórios protegidos, nesse caso as RDS do Tupé e Puranga Conquista, as relações de apropriação e dominação são emblemáticas. Aqui, se

busca refletir os impactos da implementação de atividades turísticas nas RDS supracitadas. Desenvolver uma atividade econômica em território com regramento estabelecido por um órgão gestor externo (federal, estadual ou municipal) apresenta desafios, além de relações conflituosas e desiguais envolvendo as populações residentes. Para Bensusan (2006), as tensões entre alternativas de conservação da natureza e as populações humanas residentes nessas áreas, muitas vezes responsáveis pela manutenção de sua integridade biológica, nasceram com a criação de áreas protegidas e assumiram, ao longo do tempo, proporções significativas.

No contexto das legislações que regem o território nacional, a Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) – Lei n. 9985 (2000) – estabelece diretrizes de Uso Público para cada categoria de UC (Proteção Integral e Uso Sustentável). O Artigo 2º da Lei elucida quanto ao manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a utilização sustentável e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais e futuras gerações.

As atividades realizadas nas UCs não poderiam colocar em risco a dinâmica de vida das populações residentes e dos recursos naturais, sendo essencial o assentimento das comunidades quanto às atividades realizadas. "O envolvimento da comunidade por meio de visitação pública é tido como uma das principais ferramentas para promover a valorização dos recursos naturais e socioculturais das Unidades de Conservação" (Bellinassi *et al.*, 2011, p. 276). A anuência do órgão gestor e das populações visa garantir um diálogo simétrico entre os agentes sociais, minimizando, sempre que possível, a ocorrência de conflitos.

A relação com o território se constrói, simetricamente, a partir do planejamento de ações voltadas para o suprimento das necessidades de gerações futuras. Para uma relação equilibrada, vale pensar na completude dos elementos e na coexistência de ambos. Assim, usufruir dos recursos requer planejamento; quanto à presença humana, os critérios de uso são rigorosos. Conforme Nelson (2012) a utilização das unidades de conservação (UC) pelo público é uma maneira de aproximar as pessoas da natureza enquanto gera renda para sua conservação e para seus moradores e os do entorno. A autora evidencia que o uso do território pode gerar renda quando associado à gestão responsável dos recursos naturais, uma das principais ferramentas para a minimização da exploração ambiental desordenada.

Nelson (2012) ainda ressalta que a visitação contribui com as várias dinâmicas das UCs (recreação, turismo, educação ambiental, pesquisa científica, entre outras), mas deve ser realizada com planejamento compilado em um documento: o Plano de Uso Público (PUP). A autora ainda destaca que algumas categorias de UC têm como objetivo a visitação pública; por isso o PUP é um instrumento indispensável na gestão dessas áreas, uma vez que se trata de um documento oficial que visa ordenar e orientar o uso da UC, promovendo a experiência de estar na natureza, educando e divulgando sua importância.

O turismo em UC oportuniza experiências de interpretação que valoriza o patrimônio natural e cultural, visto que para estabelecer uma relação de respeito e reciprocidade com a natureza é necessário conhecê-la para assim compreendê-la. A função educativa não precisa estar ligada à educação formal (escola), mas à mudança de atitude do ser humano frente à forma mais coerente de se relacionar com o meio ambiente.

As discussões iniciadas no âmbito da ECO-92 por exemplo, em que algumas lideranças indígenas acompanharam as discussões sobre a noção de turismo sustentável, apontaram um mecanismo importante no contexto do uso sustentável das áreas protegidas, em termos particulares, e do meio ambiente em sua totalidade (estando classificado ou não como área protegida). Uma dessas lideranças indígenas foi um dos protagonistas da primeira iniciativa de turismo na comunidade São João do Tupé (RDS do Tupé, região do Baixo Rio Negro). Conforme as narrativas da referida liderança, essa seria uma atividade, um meio de subsistência no território, por vezes, inviável para desenvolver outra atividade, a exemplo da agricultura.

A dificuldade no escoamento de produtos agrícolas, por exemplo, se mostra desanimadora para o desenvolvimento da agricultura. Além disso, a dimensão do território das comunidades não permite uma produção relevante para a comercialização. O que se tem observado é que os indígenas mantêm a floresta protegida, utilizando-a para atender suas necessidades básicas, por isso, em algumas, o turismo ainda é a principal fonte de renda.

No tópico seguinte, será abordado o turismo enquanto alternativa para a geração de renda e conservação do meio ambiente, visto que a implementação da atividade em território protegido implica diferentes conflitos de interesses de agentes sociais distintos.

O TURISMO, CONSERVAÇÃO, GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE ÁREAS PROTEGIDAS

O turismo se mostra como fenômeno social complexo (Barretto, 2003; Fratucci, 2014). Para Panosso Netto (2005), essa complexidade envolve diretamente o ser humano, sujeito determinante do turismo, entrelaçado em relações sociais subjetivas (anseios, desejos, conflitos, dentre outros).

Em meio a essa complexidade, as necessidades da demanda turística reconfiguram a atividade ao longo dos anos, sobretudo quanto à responsabilidade social. O meio ambiente e a cultura se tornaram foco de discussão acerca do turismo, pois as atuais necessidades de deslocamento estão ligadas às relações traçadas com tais contextos. Conforme Stigliano (2009, p. 25), o espaço físico, natural e produzido constitui a base da atividade turística, pois é onde se realizam as atividades, a concretização dos anseios dos turistas. Para o autor, como qualquer atividade humana, o turismo gera efeitos sobre o ambiente onde é desenvolvido. Lohmann e Panosso Netto (2008) já alertavam que o desenvolvimento da atividade turística descontrolada acarreta impactos negativos, dentre eles:

> Contaminação das nascentes de água, diminuição dos espaços verdes, que passam a ser destinados à construção de infraestrutura turística, uso inadequado do solo propiciado pelos empreendimentos turísticos mal planejados, transformação do espaço físico dos destinos que passam a ser orientados apenas para o turismo, verticalização dos centros urbanos impulsionados pela pressão imobiliária; Erosões em trilhas de turismo e transformação da paisagem (Lohmann & Panosso Netto, 2008, p. 212).

Todavia, em diversos estudos na área, os prejuízos decorrentes do turismo não se limitam aos supracitados em Lohmann e Panosso Netto (2008). Os impactos

são influenciados pelas peculiaridades de cada local. Diante disso, considerar as condições e características do local receptor é fundamental no planejamento e gestão do turismo. Por esse prisma, analisa-se ser necessário desenvolvê-lo a partir dos pressupostos da sustentabilidade, como Stigliano (2009) assinala, o turismo sustentável ganha destaque na abordagem favorável à melhoria da qualidade das relações da atividade com o meio físico e social.

> É um conceito que floresce das práticas dos movimentos sociais voltados à busca de melhores condições de vida, de qualidade ambiental, de justiça social. Uma possível abordagem do turismo sustentável é a visão integrada em uma concepção de planejamento, cujo ponto de partida é buscar ser economicamente rentável, ter o compromisso de preservar o patrimônio natural, valorizar o aspecto cultural e ser capaz de promover o engajamento dos diversos atores sociais no processo de tomada de decisões (Stigliano, 2009, p. 17).

Conforme o Mtur (2010), os incentivos a uma nova maneira de vivenciar e usufruir as paisagens rurais e naturais, as florestas, as regiões costeiras, entre outros ecossistemas, proporcionam discussões de uma forma mais consciente de uso e fruição dos espaços pelos turistas. Assim, o turismo fundamentado nos princípios da sustentabilidade se torna cada vez mais relevante socialmente, potencializado em vista à riqueza de biodiversidade e estratégias de proteção e conservação.

Para o desenvolvimento baseado na sustentabilidade, é essencial compreender o cunho social e político inerente às propostas de desenvolvimento sustentável. Sachs (1993), ao pontuar as cinco dimensões do ecodesenvolvimento (Sustentabilidade Social, Sustentabilidade Econômica, Sustentabilidade Ecológica, Sustentabilidade Espacial, Sustentabilidade Cultural), tende a atribuí-las à diminuição da pobreza e segregação social, viabilizada mediante divisão equitativa dos benefícios por meio do desenvolvimento de atividades rentáveis, facilitando o empreendedorismo e autonomia para promover os territórios sociocultural e economicamente com iniciativas que beneficiam o meio ambiente e as populações residentes.

A sustentabilidade no turismo visa minimizar danos no planejamento do produto/serviço com base na distribuição de oportunidades (minimização da desigualdade, capacitação da mão de obra, empreendedorismo local, valorização do patrimônio cultural e uso responsável dos recursos). Tais desafios visam um turismo que se auto sustente e proporcione qualidade de vida às pessoas e aos lugares onde vivem.

A trajetória do turismo, muitas vezes marcada pelo modelo de turismo massificado, gerou, consequentemente, tensões entre *trade* turístico e as populações no destino receptor. Esse posicionamento vai em desencontro às propostas estabelecidas pelo Mtur (2010) e OMT (2003). Algumas questões que envolvem tensões no cenário complexo do turismo não são minimizadas pelas ações coletivas, tanto do Poder Público, por meio de Políticas Públicas, quanto dos empreendimentos da cadeia produtiva do turismo.

As premissas do turismo sustentável estão baseadas na solidariedade, protagonismo, participação de sujeitos sociais locais, sustentabilidade socioambiental, sentimento de pertencimento. E é nesse processo que se fundamenta a ideia de Turismo de Base Comunitária (TBC), preocupado com o meio ambiente,

equidade social, coletividade e autossuficiência na atividade econômica, como abordado em Barretto (1997), Sampaio (2005), Coriolano (2009), Zaoual (2009), Maldonado (2009), Bursztyn, Bartholo & Delamaro (2009) e Irving (2009).

Vale destacar que, atualmente, existem experiências que seguem as premissas de TBC na região do Baixo Rio Negro, contudo, mesmo com estratégias baseadas no turismo responsável, ainda existem cenários de conflitos que comprometem sensivelmente o êxito da atividade, conforme se pode observar nas quatro comunidades indígenas das RDS do Tupé e Puranga Conquista. O ordenamento para um turismo mais equitativo e autossuficiente, como sugerem as experiências de TBC, seria uma maneira de minimizar as assimetrias que persistem nas relações sociais nas comunidades.

No caso específico do turismo desenvolvido pelas referidas comunidades indígenas das RDS do Tupé e Puranga Conquista, imperam relações assimétricas entre alguns agentes sociais e agências, externos e mesmo dentro das próprias comunidades. Verifica-se que os conflitos se originam da concepção de que o turismo está para suprir, primeiramente, as necessidades e anseios dos consumidores (turistas), fato que implica em danos para os indígenas. Todavia, para os indígenas dessas comunidades, o turismo ainda com os problemas que vivenciam, tem sido a principal alternativa de subsistência. Para estes, em uma área com restrições quanto ao uso dos recursos naturais, a atividade turística viabiliza geração de renda, mas, infelizmente, não contabilizam os efeitos dos impactos negativos.

A questão problemática no contexto das experiências de tais comunidades com o turismo é centralidade dessa atividade; em outras palavras, de tê-la como a única atividade provedora de suas necessidades materias, dentre elas a de subsistência. Em termos gerais, as atividades de subsistência tradicional (a agricultura, por exemplo) acontecem, porém de forma tímida, realizada por algumas famílias. Essa atitude pauta-se no argumento de estarem inseridos em um território diferente do seu, com restrinções de uso e sob a gestão de outros agentes sociais, uma realidade que os coloca em meio a um paradoxo e, portanto, difícil de lidarem.

Essas questões são problematizadas no tópico a seguir, que enfoca o turismo nas comunidades indígenas nas RDS supracitadas, quando será tratado, também, sobre os processos de territorialização que ocorrem a partir dos desmembramentos.

NOVOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO, CRIAÇÃO DE COMUNIDADES INDÍGENAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BAIXO RIO NEGRO E SUAS INTERRELAÇÕES COM O TURISMO

Os novos processos de territorialização, dos quais se originaram as quatro comunidades indígenas das RDS do Tupé e Puranga Conquista, conforme já foi citado em páginas precedentes, estão ligados à Comunidade São João do Tupé e aos desmembramentos que ocorreram desde a chegada do grupo familiar indígena Desana, no final dos anos 1990. Vale destacar que a comunidade São João do Tupé não é uma comunidade indígena, ela foi escolhida por essa família indígena da etnia Desana, proveniente do Alto Rio Negro, para residirem, iniciando no local sua experiência com o turismo.

Esse primeiro desmembramento no contexto de São João do Tupé, no grupo indígena Desana, aconteceu no início dos anos 2000, época em que os conflitos

internos culminaram com o desentendimento entre os membros, originando uma segunda oca de apresentação cultural para turistas, na mesma comunidade (Cruz *et al.*, 2018). Em resumo, dois irmãos Desana separaram-se e passaram a receber turistas em ocas diferentes, mas na mesma comunidade, tornando-se concorrentes, permanecendo assim até a saída definitiva de um dos irmãos, anos depois.

Um pequeno grupo de indígenas envolvidos em conflitos internos foi responsável por criar a primeira comunidade indígena a partir de um desmenbramento na Comunidade São João do Tupé. O grupo saiu da comunidade entre os anos de 2011 e 2012 e criou uma nova comunidade autoidentificada como Comunidade Tatuyo, localizada na RDS Puranga Conquista, tendo como atividade central o turismo.

Em 2014, foi criada a segunda comunidade indígena a partir de um desmembramento da comunidade São João do Tupé. Trata-se da comunidade Cipiá, localizada na RDS Puranga Conquista, criada pelo líder indígena que, no início dos anos 2000, se desentendeu com o irmão, também liderança Desana, e desde então viviam na mesma comunidade (São João do Tupé) como concorrentes na atividade turística, ofertadas nas suas respectivas ocas.

Em 2016, foi criada uma terceira comunidade, também para trabalhar com o turismo, autodenomida Núcleo Diakuru. Meses depois, em virtude de conflitos internos, um grupo de indígenas insatisfeitos com a gestão do turismo se separou do Núcleo Diakuru para replicar a experiência, originando a Aldeia Tuyuka, surgindo, assim, a quarta comunidade indígena, cuja criação encontra-se diretamente envolvida com o turismo. Estas se localizam na RDS do Tupé, poucos metros de distância separam as mesmas, e possuem atrativos turísticos semelhantes: apresentação de músicas e danças indígenas e a venda de artesanato.

É importante reafirmar que todas essas cisões foram motivadas, principalmente, por questões econômicas. Nessa conjuntura, os conflitos estiveram imbricados ao desejo de transparência na arrecadação e divisão da renda obtida no turismo. O turismo, como principal atividade econômica, endossa relações de poder, no tocante à atividade e à complexidade a ela atribuída, o que torna fundamental o ordenamento turístico na região do Baixo Rio Negro em virtude dos impactos em curso.

De modo a aprofundar as discussões, elegeu-se, neste artigo, apenas uma das comunidades indígenas para problematizar a sua trajetória e experiência com o turismo e, consequentemente, seus impactos. Trata-se da comunidade Tatuyo, primeira comunidade criada a partir dos desmembramentos ocorridos na comunidade São João do Tupé.

A EXPERIÊNCIA COM O TURISMO NA COMUNIDADE TATUYO (RDS PURANGA CONQUISTA), AMAZONAS

Os processos de territorialização pelos quais passaram os indígenas responsáveis pela criação da Comunidade Tatuyo (RDS Puranga Conquista), na região do Baixo Rio Negro, no município de Manaus-Am, entrelaçam-se à sua trajetória com o turismo. Assim como as demais comunidades indígenas da região do rio Negro, caracteriza-se como multiétnica, composta por indígenas das etnias Wanano, Desana, Tatuyo, Karapana, Tukano, Tariano e Kubeo, dentre outras.

Mesmo mantendo uma forte relação com o território tradicional (no Alto Rio Negro), muitos indígenas continuam saindo de seus territórios para trabalhar nas comunidades, mediante os constantes processos de territorialização.

Oliveira (1999, p. 20) define os processos de territorialização como "um processo de reorganização social que implica a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora". Esses processos se estabelecem, intrinsecamente, ao território das comunidades indígenas e são reproduzidos no desenvolvimento de atividades econômicas, no caso o turismo que perpassa dinâmicas sociais, políticas e ambientais na comunidade Tatuyo.

A Comunidade Tatuyo foi organizada para atender a demanda turística: a oca de apresentações turísticas fica na praia, as residências e os pequenos plantios dos indígenas ficam distantes, delimitando visivelmente a área de trabalho (oca, praia) da área das residências. O principal "atrativo turístico" consiste em apresentações de músicas e danças indígenas (Kapiwayaâ, Jurupari, Yapurutu e Cariço), como pode ser obervado na Figura 2.

Figura 2 - Apresentação para os turistas na Comunidade Tatuyo

Fonte: Acervo pessoal da autora

No decorrer das apresentações, são cantadas canções indígenas realizadas com movimentos sincronizados; também são utilizados tambores e flautas que proporcionam um som harmonioso. Todos os indígenas, inclusive as crianças, participam das apresentações. Após as apresentações na oca, os turistas/visitantes podem tirar fotos com os indígenas e fazer pinturas corporais com jenipapo (*Genipa americana*) e urucum (*Bixa orellana*).

Também ofertam como atrativo a trilha na floresta, que consiste em uma caminhada acompanhada por um indígena; com isso, os turistas/visitantes tem a oportunidade de observar fauna e flora local e garantir uma renda extra para a comunidade. A trilha na floresta, bem como o pernoite na comunidade, são serviços complementares que podem ser adquiridos mediante o pagamento de uma taxa. De modo semelhente ao que ocorre em outras comunidades indígenas que realizam atividades turísticas, há venda de artesanato elaborados a partir de sementes, madeira, penas, arumã e miçangas (Figura 3). Na comunidade, parte do artesanato é produzida na própria comunidade e parte é comprada de artesão que não residem na comunidade e/ou no Mercado Municipal Adolfo Lisboa, em

Manaus. As cerâmicas marajoaras e artesanatos Tikuna, itens não produzidos pelos indígenas da Comunidade Tatuyo, são alguns exemplos.

Figura 3 – Artesanato na Comunidade Tatuyo

Fonte: Acervo pessoal da autora

A matéria-prima (sementes, fibras, resinas, dentre outros) é coletada na floresta ou comprada em Manaus e, a partir dela, são confeccionados colares, brincos, cocares, filtros dos sonhos, arcos, flechas, zarabatanas, dentre outros itens.

Em linhas gerais, essa é a dinâmica e o cenário dos atrativos turísticos da comunidade. Desde a sua criação, o turismo se tornou centralidade na vida cotidiana, contudo, os indígenas percebem a atividade não como um "afastamento" dos costumes tradicionais ou "reprodução" (Benjamin, 1986) da cultura, percebem-na como alternativa de renda e valorização da cultura indígena, sendo essa percepção relatada nas entrevistas e diálogos informais realizadas com os membros da comunidade.

No caso da Comunidade Tatuyo, os indígenas acreditam que a atividade tem mostrado uma forma de valorizar a cultura mediante a prática de elementos tradicionais, a exemplo das danças, músicas, artesanatos e outros. Entendem que utilizar aspectos da cultura em âmbito do trabalho no turismo possibilita manter-se próximo a ela. Por isso, o turismo continua sendo uma alternativa de trabalho viável para os indígenas.

O turismo é fomentado, principalmente, por agências e agentes sociais externos que atuam na captação de demanda turística. A comunidade Tatuyo, assim como as demais, possui clareza quanto à forma equivocada que algumas agências de turismo vêm divulgando-as no âmbito da atividade, entretanto, lidam com essa questão da forma que entendem ser o caminho viável a uma boa negociação entre os seus interlocutores na atividade turística.

A vivência em São João do Tupé fez com que as lideranças das quatro comunidades absorvessem um "modelo" de turismo sistematizado pelo núcleo familiar Desana, permeado pela lógica imposta no fetiche pelo "índio exótico", como Grünewald (1999) destaca o turismo entre os Pataxó, na Bahia, e Oliveira (1999), com estudos sobre indígenas também no Nordeste do Brasil. Nesses cenários distintos, a questão identitária é analisada considerando os também distintos contextos sociopolíticos. No Baixo Rio Negro, o turismo se configura em oportunidade de as comunidades indígenas contemporâneas viverem suas culturas por meio do diálogo intercultural como ferramenta para obterem os bens materiais e simbólicos que fazem parte da sua vida atualmente.

A comunidade Tatuyo foi criada para atender ao turismo que, em contrapartida, atende parcialmente as necessidades de subsistência. A comunidade (re)significa e utiliza elementos da cultura indígena no contexto do turismo; todavia, esses elementos, muitas vezes, são influenciados por agentes e agências externos que demandam a elaboração de atrativos baseados nos desejos daquilo que os turistas esperam encontrar em uma comunidade indígena amazônica.

Verifica-se pelas publicações nas redes sociais que uma parte significativa daqueles que visitam as comunidades, vislumbram que a indianidade pode ser acentuada e mais "atrativa" quando os indígenas estão seminus, como é o caso das mulheres indígenas que se apresentam com os seios à mostra. Foi resaltado durante o trabalho de campo que algumas agências e guias ávidos em mostrar "índios de verdade", enfatizando o desejo equivocado por um "índio hiper-real" (Ramos, 1995), alheio às dinâmicas que atingiram a maioria das culturas. Essas questões fomentam um turismo artificial, não favorecendo o desenvolvimento da atividade que preza pela experiência.

O estabelecimento de parcerias com algumas agências de turismo e, principalmente, com os pirangueiros (agentes informais), se tornou vital para a continuação do turismo na Comunidade Tatuyo, mesmo que tais relações sejam dissonantes. Os indígenas que participam das atividades turísticas não têm noção, ou melhor, não são informados pelo líder, claramente, sobre o valor arrecadado diariamente, como evidenciado na fala de um indígena: "faltam detalhes sobre o dinheiro que entra, falta clareza no dinheiro pago pelas agências (V.E.P., 2019)." A presença de algumas das agências e dos pirangueiros não se limita apenas em acompanhar os turistas, eles têm determinado certas orientações quanto à própria estrutura da atividade turística, como por exemplo, a quantidade de pares nas apresentações, quantidade de danças, os rituais a serem apresentados, etc. Segundo os indígenas, para esses agentes, quanto maior a quantidade de indígenas se apresentando, melhor.

Os contratos estabelecidos com pirangueiros ou mesmo com algumas agências de turismo não regulamentadas apontam riscos não apenas à Comunidade Tatuyo, mas a todas as outras que trabalham no turismo. Mesmo os indígenas reconhecendo a reputação e até a denominação pejorativa de "pirangueiro", para que a comunidade continue trabalhando precisam se submeter aos contratos firmados com tais agentes, fomentando relações desiguais, visivelmente de exploração da comunidade.

A jornada de trabalho na comunidade é intensa, os indígenas acordam cedo, se arrumam com seus trajes de apresentação, se pintam e aguardam os turistas chegarem. Sem a informação da quantidade de turistas que receberão, os indígenas passam o dia inteiro assim, fazendo a mesma apresentação quantas vezes chegarem lanchas com turistas, sem horário para as refeições, tendo como horário de descanso o intervalo entre uma visita e outra. No período de alta temporada do turismo na comunidade (novembro - janeiro; junho - agosto), se apresentam muitas vezes em um único dia. Essa estratégia não tem agradado a maioria dos indígenas e, além do mais, quando não veem seus esforços diários compensados no pagamento mensal que os indígenas alegam ser "injusto", a fala de uma indígena foi emblemática: "Se tivesse conversa, entre ele [o líder da comunidade] e nós [comunidade], a gente não ficaria sem informação do que acontece na

comunidade, a gente não ganharia tão pouco com tanto trabalho, o que a gente recebe é muito injusto" (B.D., 2019).

Na comunidade Tatuyo, de modo geral, o convívio social entre os indígenas tem acontecido apenas no momento do trabalho (turismo); quando finalizam as apresentações, cada família se encaminha para sua residência, se reencontrando na oca de apresentação no momento em que chegam grupos de turistas.

Essas condições de trabalho estão associadas à relação de dependência que os indígenas mantêm com o turismo, ficando clara no relato do líder: "Se não tem turista, a gente vai morrer de fome" (H.P.G., 2018). Na fala do líder, se nota que, mesmo com as atividades complementares (caça e pesca, que acontecem eventualmente, e a agricultura), o foco principal é o turismo, pois a comunidade se estruturou a partir do turismo e depende da atividade para garantir a sua subsistência; porém, não se pode afirmar que todos os demais membros da comunidade comunguem da mesma opinião.

Nos relatos, os indígenas apontaram aspectos positivos relacionados ao turismo na Comunidade Tatuyo. Dentre as falas, como aspecto positivo, foi relatada, em diversos momentos, a questão da renda:

> O ponto positivo é a renda (J.C.G., 2018).
>
> Gera renda, traz dinheiro para sustentar a família (E.M.V., 2018).
>
> Ter sempre dinheiro para sustentar as crianças, poder viver em paz. O turismo é muito melhor que a nossa antiga ocupação (B.B.D., 2018).
>
> Estar com a família, comprar comida para as crianças, ganhar um dinheirinho (D.D.F., 2018)

As condições financeiras dos indígenas que saíram de suas terras tradicionais (São Gabriel da Cachoeira, Alto Rio Negro, no noroeste amazônico) em busca de trabalho e uma vida melhor foram descritas como "muito difícil" por alguns dos indígenas da Comunidade Tatuyo. Em vista disso, o trabalho no turismo, mesmo com jornadas exaustivas e má remuneração, ainda se mostra, para alguns, melhor que a vida nos territórios de onde saíram. Porém, nem todos os indígenas que se deslocaram do Alto Rio Negro permaneceram na comunidade, alguns não conseguiram se adaptar e acabaram retornando sozinhos ou com suas famílias, o que nos leva a entender que as percepções sobre o trabalho com o turismo não são unívocas.

Assim, em meio às realções assimétricas e aos conflitos, a comunidade Tatuyo, como muitas outras, acaba por não se apresentar ao visitante/turista da forma como vive na atualidade. Em alguns casos, o imaginário fetichizado do turista se mostra delineado por uma visão "imaginada" sobre o que é a Amazônia e sobre os povos que a habitam (Gondim, 1994), perpetrando ao longo dos séculos estereótipos tanto sobre a natureza, quanto em relação à(s) cultura(s). Portanto, trata-se de um turismo que "vende" uma imagem sobre a(s) Amazônia(s) carregada de vestígios dos processos de colonização que se retroalimentam, não somente pela cadeia produtiva do turismo, mas por uma rede de agentes sociais do turismo, incluindo as comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso de construção deste artigo, contextualizar a criação das quatro comunidades indígenas (núcleo Diakuru, aldeia Tuyuka, comunidade Cipiá e comunidade Tatuyo), que compartilham não apenas um território comum (o rio Negro), mas também dinâmicas, que permeiam os deslocamentos do Alto Rio Negro, foi fundamental para refletir os processos de territorialização em curso e a adoção do turismo enquanto atividade provedora de renda e os impactos a ela inerentes.

No que tange, especificamente, à realidade da Comunidade Tatuyo, comunidade foco de análise deste artigo e, respondendo as perguntas norteadodoras, verificou-se que a relação com o território visa firmar novas "territorialidades", como evidenciado em Little (2004), e reconhece no turismo meios para tal. A comunidade, ao mesmo tempo em que busca no turismo uma alternativa de renda, uma estratégia para geração de ganhos e proteção ao ambiente de ações antrópicas, percebe, na atividade, a ruína das relações sociais firmadas com seus "parentes". Desse modo, os mecanismos necessários para a existência do turismo continuam envoltos em conflitos.

No contexto de (re)significação do território e de aspetos da cultura indígena exclusivamente para o turismo, paulatinamente, se confronta com a realidade de "aumentar a qualquer custo a rentabilidade", satisfazendo o turista (atrativamente) e o indígena (economicamente). Por essa razão, os indígenas têm recorrido cada vez mais à inserção de novos atrativos, para se diferenciarem em um cenário competitivo e conflituoso. Percebe-se uma dinâmica lenta e perigosa na busca por ganhos; isso quando os indígenas se opõem entre si dentro da comunidade e firmam parcerias com agentes sociais externos, já que são eles os responsáveis por levar os turistas à comunidade.

Assim, compreender o panorama do turismo em comunidades indígenas localizadas em unidades de conservação é fundamental, sobretudo no contexto amazônico e, da mesma forma, considerar que conflitos internos têm comprometido a qualidade de vida desses povos. As questões não se esgostam neste artigo e, como sugestão para estudos futuros, destaca-se a necessidade daqueles que se dediquem às discussões acerca da invisibilização dos indígenas na região, a ineficiência de direitos sociais básicos (educação e saúde) e reconhecimento quanto à importância do turismo no ordenamento territorial, valorização do ambiente e da diversidade cultural.

O turismo tem sido uma forma de resistência da dinâmica que envolve processos de territorialização e criação de novas comunidades em unidades de conservação, de (re)significação da cultura indígena e também de conflitos. O uso do território no desenvolvimento da atividade turística é complexo e requer uma abordagem multidimensional das dinâmicas socioculturais, econômicas e ambientais inerentes ao ordenamento territorial. Pensar a cultura indígena em uma perspectiva romântica e/ou descontextualizada das dinâmicas contemporâneas reforça os estereótipos e preconceitos em relação ao turismo desenvolvido por povos indígenas.

REFERÊNCIAS

Barretto, M. (1997). *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 13ª. ed. Campinas, SP: Papirus.

____. (2003). Ciências Sociais aplicadas ao turismo. In: H. T. Bruhns, M. Luchiari & C. Serrano (Orgs). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas – São Paulo: Papirus.

Bellinassi, S, Pavão, A. C, & Cardoso-Leite, E. (2011). *Gestão e Uso Público de Unidades de Conservação: um olhar sobre os desafios e possibilidades*. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.4, n.2.

Benjamin, W. (1986). A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense.

Bensusan, N. (2006). *Conservação da biodiversidade em Áreas Protegidas*. Nurit Bensusan – Rio de Janeiro: Editora FGV.

Brasil. Lei n. 9.985, de 18 de Julho de 2000. *Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).* Recuperado em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322> Acesso em: 05 de maio de 2020.

Bursztyn, I., Bartholo, R., & Delamaro, M. (2009). Turismo para quem? sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.* Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Coriolano, L. N. (2009). *O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileira*. Brasília: Letra e Imagem.

Cruz, E. G. (2018). *Mapa das Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e Puranga Conquista.* Manaus, Brasil.

Cruz, J. G., Auzier, K. S. & Dias, L. C. S. (2019) *Relatório Final NEICAM: atividades turísticas realizadas pelas comunidades indígenas recém-criadas nas RDS do Tupé e Puranga Conquista.* Manaus, Brasil.

_____. (2020). A criação de comunidades indígenas em Unidades de Conservação e suas interfaces com o turismo: Uma análise sobre as dinâmicas no Baixo Rio Negro. In: G. C. G. Matos (org.). *Estudos a partir da teoria de Norbert Elias.* EDUA; São Paulo: Alexa Cultural.

Dias, L. C. S. (2019). *Registros do trabalho de campo – RDS do Tupé e RDS Puranga Conquista/Amazonas.* Manaus, Brasil.

Cunha, E. F. (2012). *Conflitos fundiários no Parque Estadual do Rio Negro Setor Sul.* Manaus: [s.n.].

Fratucci, A. C. (2014). *Turismo e território: relações e complexidades.* Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.87-s.96, nov.

Gondim, N. (1994). *A invenção da Amazônia.* São Paulo: Marco Zero.

Grünewald, R. A. (1999). *Os 'Índios do Descobrimento': tradição e turismo.* Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Irving, M. A. (2009). *Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?* In: R. Bartholo, & D. G. (org.), Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília: Letra e Imagem.

Little, P. (2004). *Territorios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade.* Anuário Antropológico/2002-2003 Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Lohmann, G., & Panosso Netto, A. (2008). *Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas*. São Paulo: Aleph.

Maldonado, C. (2009). Turismo Rural Comunitário na América Latina. In: R. Bartholo, D. G. Sansolo & I. Bursztyn (Orgs), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. – Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Manfredo, M. T. (2017). *Turismo na Amazônia: elementos culturais, conflitos e imaginários envolvendo a região de Manaus.* Tese de Doutorado. Campinas, SP: [s.n.].

Ministério do Turismo (MTUR). (2010). *Ecoturismo: orientações básicas.* Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação,

Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo.

Nelson, S. P. (2012). *Uso público nas Unidades de Conservação. In: Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação. Realização: WWF-Brasil/ IPÊ– Instituto de Pesquisas Ecológicas.* WWF-Brasil, Brasília, Brasil.

Oliveira, J. P. (1999). Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: J. P. Oliveira (Org.) *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.* 2ª ed. Contra Capa/LACED.

____. (2010). Autênticos em 1500, hoje ou em 2154? In: Indio *Presente: Esboço da identidade indígena brasileira contemporânea.* O Globo.

Oliveira, L. D. (2008). *A geopolítica do desenvolvimento sustentável em questão: Reflexões sobre a Conferência do Rio de Janeiro (ECO-92).* 1° SIMPGEO/SP, Rio Claro.

Oliveira, R. C. (1996). *O trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever.* Revista de Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), v. 39, nº 1 São Paulo.

Organização Mundial do Turismo. (2003). *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.* Porto Alegre: Bookman.

Panosso Netto, A. (2005). *Filosofia do Turismo: teoria e epistemologia.* São Paulo: Aleph.

Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder.* Tradução: Maria Cecília França. Editora: Ática.

Ramos, A. R. (1995). *O índio hiper-real.* Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.10 n.28.

Sachs, I. (1993). *Estratégias de transição para o século XXI. In: Para pensar o Desenvolvimento Sustentável.* Marcel Bursztyn (Org.). Editora Brasiliense.

Sampaio, C. A. (2005). *Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

Stigliano, B. V. (2009). *Participação comunitária e sustentabilidade socioambiental do turismo na vila ferroviária de Paranapiacaba, São Paulo.* Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

66in, R. K. (2005) *Estudo de caso: planejamento e métodos.* trad. Daniel Grassi - 3.ed. -Porto Alegre, RS: Bookman.

Zaoual, H. (2009). Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: R. Bartholo, & D. G. (org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.* Brasília: Letra e Imagem.

Recebido: 26/05/2020
Aprovado: 07/08/2020

CONTRIBUIÇÃO

Luana Cristina dos Santos Dias: Definição do problema de pesquisa e objetivos; desenvolvimento da proposição teórica; realização da revisão bibliográfica e fundamentação teórica; escolha dos procedimentos metodológicos; coleta e análise de dados; elaboração de tabelas, gráficos e figuras; realização de cálculos e projeções; revisão crítica do manuscrito; redação do manuscrito e adequação do manuscrito às normas da RTA.

Jocilene Gomes da Cruz: Definição do problema de pesquisa e objetivos; desenvolvimento da proposição teórica; realização da revisão bibliográfica e fundamentação teórica; escolha dos procedimentos metodológicos; coleta e análise de dados; elaboração de tabelas, gráficos e figuras; realização de cálculos e projeções; revisão crítica do manuscrito; redação do manuscrito e adequação do manuscrito às normas da RTA.